

UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DO EMPREGO DA EXPRESSÃO ALA IDEOLÓGICA NA *FOLHA DE S. PAULO* E EM *O ESTADO DE S. PAULO*

A SEMANTIC ANALYSIS OF THE USE OF THE TERM "IDEOLOGICAL WING" IN THE NEWSPAPERS *FOLHA DE S. PAULO* AND *O ESTADO DE S. PAULO*

André Campos MESQUITA¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise semântico-enunciativa sobre o emprego da expressão *ala ideológica* quando enunciada relativamente aos componentes do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro em dois dos principais veículos de mídia impressa de São Paulo: a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. As análises semânticas neste artigo consideram o texto como um acontecimento enunciativo, formado por um conjunto de enunciados encadeados. Tomaremos o sentido como sendo constituído no e pelo acontecimento da enunciação, na relação do enunciado com o texto e com o locutor. Adotaremos a perspectiva de que a realidade está intrinsecamente ligada à ideologia, e o indivíduo se submete a essa ideologia e se reconhece como sujeito dentro dela. Esses jornais foram escolhidos por serem considerados, inclusive pelo próprio ex-presidente, como tendo sido críticos ao governo Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE

Enunciação. Semântica. Governo Bolsonaro. Ala ideológica. Ideologia.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: andre.mesquita@usp.br.



ABSTRACT

This article aims to conduct a semantic and enunciative analysis of the use of the expression *ideological wing* when referred to the components of former President Jair Bolsonaro's government in two of São Paulo's main print media outlets: *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. The semantic analyses in this article consider the text as an enunciative event, formed by a set of interconnected statements. We will understand meaning as being constituted in and through the act of enunciation, in the relationship between the statement and the text, as well as the speaker. We adopt the perspective that reality is intrinsically linked to ideology, and individuals submit to this ideology and recognize themselves as subjects within it. These newspapers were chosen because they are considered, including by the former president himself, as having been critical of the Bolsonaro government.

KEYWORDS

Enunciation. Semantics. Bolsonaro government. Ideological wing. Ideology.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise semântico-enunciativa sobre o emprego da expressão *ala ideológica* quando enunciada relativamente aos componentes do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro em dois dos maiores veículos de mídia impressa de São Paulo: a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicados no ano de 2020, segundo ano de governo.

O problema de pesquisa a ser investigado é: quais relações de sentido são estabelecidas entre a expressão *ala ideológica* e outras expressões costumeiramente empregadas nos mesmos textos, quando enunciadas em um texto jornalístico dos principais veículos de mídia do estado de São Paulo? A expressão “ala” se refere a um grupo ou facção dentro de uma organização, partido político, movimento ou contexto específico que compartilha uma mesma característica ou visão. Quando essa “ala” é qualificada pelo adjetivo *ideológica*, é distinguida das outras alas. Essa



divisão reproduz o implícito de que a ideologia estaria restrita a um segmento específico daquele governo, enquanto os demais segmentos estariam, de acordo com esses veículos de mídia, livres de inclinação ideológica. Não é objetivo deste artigo desmerecer o trabalho de jornalistas ou articulistas. De nossa perspectiva, não nos interessam indivíduos, mas sujeitos do discurso. Também não é finalidade aqui questionar a credibilidade ou imparcialidade de veículos de imprensa; simplesmente, porque não entendemos que um enunciado possa ser imparcial, nem desprovido de ideologia.

A retórica da neutralidade é uma estratégia discursiva na qual se busca transmitir a ideia de que é possível ser imparcial, neutro ou desprovido de qualquer viés ideológico ao apresentar um argumento ou tomar uma posição sobre determinado assunto. Nossa hipótese é que essa retórica foi utilizada pelos veículos de imprensa *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em alguns artigos e colunas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, buscando conferir legitimidade a determinadas posições daquele governo como sendo as mais razoáveis ou isentas de viés. Segundo Althusser (1985), perspectiva que adotamos como referência neste artigo, a realidade está intrinsecamente ligada à ideologia, e o indivíduo se submete a essa ideologia e se reconhece como sujeito dentro dela. De acordo com Costa (2017), enquanto ser social, o ser humano está imerso em um ambiente permeado por fenômenos ideológicos.

Esses fenômenos são como *objetos-signo* de diversos tipos e categorias, como palavras, afirmações científicas, símbolos, crenças religiosas e obras de arte. Juntos, esses elementos formam o ambiente ideológico que envolve o indivíduo de maneira abrangente. A consciência humana não tem um contato direto com a existência, mas apenas por meio desse ambiente



ideológico que a cerca. É por meio das interações com os objetos-signo presentes no ambiente ideológico que a consciência se desenvolve e se relaciona com o mundo ao seu redor.

O ambiente ideológico é, portanto, a expressão material e exteriorizada da consciência social de uma determinada coletividade. Isso significa que o ambiente ideológico é construído e compartilhado coletivamente, refletindo os valores, as crenças e as ideias de uma sociedade específica. A ideologia está presente na formação e no desenvolvimento da consciência humana, desempenhando um papel significativo na construção do nosso conhecimento e compreensão da realidade.

Para a análise, foram selecionados quatro excertos extraídos de artigos e colunas dos dois jornais mencionados publicados em 2020. A delimitação temporal desta análise ao ano de 2020, para entender a relação entre a imprensa e o governo Bolsonaro, é justificada pelo fato de que este foi o segundo ano de seu mandato e o primeiro ano da pandemia de Covid-19. Analisar o segundo ano permite identificar tendências de longo prazo, padrões de comportamento e mudanças na narrativa que podem não ser evidentes no primeiro ano, quando o governo ainda está se estabelecendo. O segundo ano de mandato frequentemente representa um ponto de transição crítica, no qual as políticas e prioridades estabelecidas no primeiro ano começam a se consolidar ou a enfrentar desafios significativos. Isso pode resultar em mudanças substanciais na dinâmica entre o governo e a imprensa, tornando esse período particularmente relevante para análise. Além disso, foi um ano marcado pelo início das tensões entre o posicionamento do Governo Federal, os Governos Estaduais e a imprensa de modo geral.



Esses jornais foram escolhidos por serem considerados, inclusive pelo próprio ex-presidente, como tendo sido críticos ao governo Bolsonaro (UOL, 2019; *Correio Braziliense*, 2020; *Estadão*, 2021). A estabelecer como delimitação para o corpus de análise dois jornais, – a saber: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – inevitavelmente exclui outros enunciados; inclusive dos veículos selecionados, que possuem inúmeros colunistas e jornalistas. Estamos conscientes de que, ao focar nesses dois conglomerados de mídia, que estão localizados no estado de São Paulo, há um silenciamento dos enunciados de outras regiões do país e de pequenos veículos de mídia.

Ao manter o foco nesses conglomerados de mídia, obtemos uma visão de como essas expressões são significadas nesses veículos privados pertencentes a grandes corporações. Conforme Marx e Engels (2007, p. 72), as classes dominantes não apenas têm o poder sobre os meios de produção material (indústrias, produção agrícola em larga escala e comércio), mas também detêm os meios de produção espiritual, ou seja, a produção cultural e intelectual. Isso inclui os veículos de mídia, principalmente as grandes corporações privadas. Além disso, de acordo com Marx e Engels (2007, p. 72), essa classe controla tanto a produção de ideias quanto a regulação e a distribuição dessas ideias em seu tempo. As ideias que atendem aos interesses dessas classes não circulam abertamente como relacionadas a esse segmento da sociedade, mas como se fossem uma espécie de senso comum neutro e compartilhado por todos. Considerando que essa seleção dos enunciados afetará as escolhas, entende-se que os domínios semânticos estão sujeitos à mesma limitação. Além disso, essa análise nos permitirá entender como as ideias da classe dominante lidam com a expressão *ideológica* em enunciados de grandes jornais.



Essa seleção é amostral e não abarca todas as ocorrências da expressão ala ideológica em ambos os jornais. Como a intenção desse artigo é compor uma amostra do emprego da expressão, escolhemos dois textos publicados em colunas de opinião (Oyama, 2020, da *Folha de S. Paulo*; Nahum, 2020, de *O Estado de S. Paulo*) e duas reportagens (Warth, 2020 de *O Estado de S. Paulo* e Coletta, 2020, da *Folha de S. Paulo*). Essa base é composta, portanto, de uma coluna de opinião e uma reportagem de cada um dos veículos de mídia. As reportagens jornalísticas são alegadamente escritas de modo a fornecer uma visão teoricamente imparcial dos eventos. Os colunistas, por outro lado, gozariam de liberdade para expressar opiniões e pontos de vista pessoais. Analisar ambos os gêneros textuais permite capturar uma variedade de perspectivas e entender como essas perspectivas são apresentadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA

Vamos retomar o texto de Marx e Engels (2007) já mencionado: as classes dominantes têm o poder sobre os meios de produção material e detêm também os meios de produção espiritual; sendo assim controlam tanto a produção de ideias quanto a regulamentação e a distribuição dessas ideias.

Um dos meios de produção espiritual mais eficazes são os veículos de mídia, principalmente as grandes corporações privadas pertencentes às classes dominantes. Se adotarmos a perspectiva althusseriana (Althusser, 1985), mesmo que esses veículos sejam estatais nos países capitalistas, estão a serviço da ideologia dominante e funcionam como um aparato para a difusão da ideologia das classes dominantes. No entanto, essa não é a realidade no Brasil, onde os conglomerados de mídia, com raríssimas exceções, são de propriedade da iniciativa privada. Dentro desse universo, foi coletado um conjunto de excertos



que veiculam a expressão *ala ideológica* e uma variação no segundo excerto em que o adjetivo *ideológica* é substituído pela locução adjetiva *dos ideológicos*, entendendo – conforme pretende-se demonstrar – que se tem como referência o mesmo grupo. Esse conjunto de excertos compõe um corpo de enunciados que foram produzidos, estando submetidos a condições de produção equivalentes: mesma época, mesma cidade, mesmo lugar no tecido social.

Na análise do discurso, tanto o corpus quanto o arquivo desempenham papéis importantes, embora tenham diferentes ênfases e funções. Enquanto o corpus se refere ao conjunto de enunciados concretos e materiais, selecionados e delimitados com base nos objetivos da pesquisa, o arquivo é um conjunto mais amplo de materiais textuais que pode servir como referência ou contexto para a análise. Segundo Pêcheux (1988, p. 59-60), o arquivo não está relacionado apenas à ideologia, mas também está relacionado às formações imaginárias e à própria noção do real. O arquivo me permite estabelecer relações de sentido entre o corpus discursivo. Em outras palavras, ao adotarmos a perspectiva de Pêcheux, é possível estabelecer uma teia de sentidos que conecta enunciados de diversos autores em diversos veículos de mídia. O corpus discursivo, nesse caso, torna-se, segundo Courtine (2009, p. 54), “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso”. O arquivo compreende também as condições de produção do discurso, a formação discursiva e o interdiscurso. A noção de arquivo apoia trabalhos que buscam estabelecer relações de sentido entre enunciados aparentemente dispersos.

As análises semânticas neste artigo têm como uma de suas orientações teóricas a Semântica do Acontecimento, proposta por Guimarães (2002).



Guimarães (2002, p. 7) afirma que o texto é um acontecimento enunciativo, formado por um conjunto de enunciados encadeados. No entanto, o texto pode ser analisado independentemente do encadeamento lógico que cada enunciado estabelece com os demais enunciados presentes no mesmo texto. Para Guimarães (2002), é possível analisá-los a partir das relações de sentido que se estabelecem quando um enunciado se refere a outro. O sentido é então constituído “no e pelo acontecimento da enunciação, na relação do enunciado com o texto e com o falante/locutor” (Guimarães, 2002, p. 7).

Tanto Ducrot quanto Guimarães partem da perspectiva de Benveniste (1989, p. 84), que considera a enunciação como um processo de apropriação do aparelho formal da língua. A enunciação é tomada como ponto de partida para as análises está relacionada à teoria da enunciação. Ducrot foi pioneiro ao questionar a noção de unicidade na enunciação. Sua abordagem desafiava a visão tradicional que considerava o sujeito enunciator como uma entidade singular e estática. Ele propõe uma revisão da teoria da enunciação de Benveniste, destacando a multiplicidade de vozes e perspectivas presentes no ato de enunciação. O locutor (L) se apropria da língua e a coloca em funcionamento, ou seja, ele utiliza o aparelho formal da língua e enuncia a partir de sua posição de locutor. Nesse caso, uma locução é sempre uma alocução, e sempre que o locutor enuncia, ele estabelece um alocutário. De acordo com Benveniste (1989), a enunciação ocorre sempre que alguém, em algum lugar, se apropria da língua para dizer o que quer dizer. No entanto, Guimarães adverte que:

Tratar a enunciação coloca, desde o início, a questão do sujeito que enuncia e, assim, a questão do sujeito na linguagem. E, para os meus propósitos, isso deve levar a uma reconsideração do lugar dos estudos



da enunciação em um espaço distinto do que eles tiveram ou ainda têm em certas formulações (Guimarães, 2002, p. 7).

Dessa forma, Guimarães (2002) não considera o sujeito da enunciação como uma pessoa indivisível, única e onipotente. O locutor não é o dono incondicional de seus dizeres, que utiliza a língua para dizer exatamente o que deseja. Guimarães prossegue a partir das teorias de Ducrot, desenvolvendo sua própria análise e revisão da teoria enunciativa. Sua contribuição amplia o debate sobre a natureza do sujeito enunciador, destacando a complexidade das interações linguísticas e sociais.

Ducrot (1987, p. 69) argumenta que a enunciação não precisa necessariamente ser entendida como “o ato de alguém que produz um enunciado”, mas é suficiente refletir sobre “o fato de que um enunciado aparece”. Em relação à questão do autor, Ducrot (1987) afirma apenas: “Não tenho que decidir se há um autor e quem ele é”.

Ao propor uma interface entre a teoria dos atos de fala de Austin (1962) e a teoria da argumentação na língua, Ducrot e Anscombe (1981) entendem que o ato de argumentar pode ser compreendido como um ato ilocucionário, ou seja, um ato que ocorre na linguagem. Nesse contexto, o enunciado é considerado um objeto desse ato de argumentar. Para analisar o sentido de um enunciado, é necessário levar em consideração o ato de argumentar presente nele. Isso indica que o significado e a ação por trás de um enunciado não podem ser completamente separados do contexto argumentativo no qual ele está inserido.

Em vez de focar apenas nas palavras isoladas, Ducrot e Anscombe (1981) argumentam que é fundamental levar em conta a situação de fala e o propósito argumentativo subjacente. Para Ducrot (1987), o enunciado não se



limita à voz única e exclusiva do autor-locutor, aquele a quem normalmente é atribuída a responsabilidade pela fala. Também para Ducrot e Anscombre (1981), o locutor não é um indivíduo com poderes onipotentes que simplesmente expressa suas próprias ideias e convicções. Ele é entendido como um sujeito falante que apresenta múltiplas vozes, podendo, por exemplo, incorporar pontos de vista distintos representados por diferentes enunciadores. Conforme Koch (2011, p. 138), a polifonia é definida “[...] como a incorporação que o locutor faz aos seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivas – ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral”. Desse modo, um locutor (L) pode incorporar várias personagens discursivas, ou enunciadores distintos: enunciador 1 (E1), enunciador 2 (E2), enunciador n (En). Por exemplo, no caso de dois enunciadores, enquanto E1 apresenta um ponto de vista, E2 pode apresentar um ponto de vista contrário; L, nesse caso, irá aderir a um dos pontos de vista de um dos enunciadores. Um enunciado pode conter vozes diversas, representando diferentes perspectivas, opiniões e pontos de vista. Com base nessa diversidade de enunciadores, o enunciado se torna um espaço de diálogo e interação entre diferentes vozes, permitindo a expressão de diferentes posicionamentos e contribuindo para a complexidade e riqueza da comunicação. Além disso, ao considerarmos a teoria da enunciação, temos de levar em conta os *modalizadores* como elementos linguísticos que atuam na condução do discurso e na construção dos significados comunicados.

De acordo Koch:

Dentro de uma teoria da linguagem que leva em conta a enunciação, consideram-se *modalizadores* todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes



do locutor com relação ao seu discurso. Estes elementos caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso (Koch, 2011, p. 135; grifo nosso).

Ressalva-se, sobretudo, que “indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” não são fatores explicativos no referencial teórico adotado neste artigo. Koch parte de outro referencial teórico e não compartilha dos pressupostos que orientam as teorias de análise aqui mobilizadas. Apesar disso, suas considerações sobre os modalizadores como um elemento de apoio para a análise linguística contribuem para a compreensão da subjetividade e da intersubjetividade na linguagem, uma vez que refletem a posição e a participação de L na interação comunicativa.

De acordo com Guimarães (2002, p. 18), “espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. A enunciação é, desse modo, um acontecimento que deriva de uma relação estabelecida entre linguagem e sujeito. Essa relação é que fundamenta os espaços de enunciação. O espaço de enunciação deve ser entendido como um espaço político; é justamente nesse espaço que são estabelecidas a relação entre a língua e os falantes; nessa relação se dá a disputa pela palavra e seu sentido.

A semântica do acontecimento, tal como proposta por Guimarães (2002), permite uma interface com a Análise do Discurso de linha francesa. Em vez de adotar uma postura estruturalista como Ducrot, Guimarães, assim como Pêcheux (1988, p. 139), vê a necessidade de adotar uma teoria materialista, o



que aproxima a Semântica do Acontecimento às teorias do discurso. Assim como Pêcheux (1988), Guimarães entende que o sentido de palavras, expressões ou termos se dá no acontecimento da enunciação. O sentido de uma palavra não é resultado da vontade do falante, mas da posição sustentada por esse falante quando enuncia tal palavra. Conforme Pêcheux (1988, p. 147), uma palavra “adquire o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

O acontecimento é algo único por si próprio; ele é o que faz diferença em sua ordem. Um acontecimento se diferencia de outro pela temporalidade que constitui, ou seja: um passado, um presente e um futuro. Guimarães (2012, p. 12) afirma que “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro”. Desse modo, o passado não é aqui assumido como uma lembrança individual do falante, mas como um memorável de enunciações que dão significado ao presente do acontecimento.

Um texto jornalístico será aqui assumido como um acontecimento enunciativo. Com base nesse acontecimento, iremos entender as relações de sentido que as expressões estabelecem entre si. Essas relações são determinantes na configuração dos sentidos de uma expressão.

AS DESIGNAÇÕES DE ALA IDEOLÓGICA E SUAS RELAÇÕES DE SENTIDO: ANÁLISE DO CORPUS

Durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro, veículos de mídia empregaram as expressões *ala ideológica* para distinguir um dos grupos diferentes que se formaram dentro do governo, como, por exemplo: ala militar, ala técnica, ala da economia etc. Vamos começar analisando um excerto



extraído do jornal Folha de S.Paulo, para verificar o funcionamento semântico dessa expressão. Em seguida, será feita uma análise discursiva do excerto.

EXCERTO 1

A cota olavista do governo vê seu espaço diminuir e grita que está sendo atacada pelo “establishment” (a definição de “establishment”, para os bolsonaristas raiz, varia conforme o vai da valsa, mas nos últimos dias atendeu pelo nome de Gilmar Mendes).

É um discurso feito sob medida para funcionar nas redes sociais. Mas, nos corredores do Planalto, até as estátuas sabem que a perda de espaço da chamada ala ideológica do governo não é obra de establishment nenhum, mas consequência de decisões tomadas pelo próprio presidente Bolsonaro – ultimamente mais preocupado em salvar o pescoço do que engrossar o coro ideológico das redes (grifos nossos; Oyama, 2020).

No texto, a expressão *ala ideológica* é mencionada no segundo parágrafo, precedida pelo adjetivo *chamada*. Esse adjetivo indica um distanciamento do locutor em relação ao termo *ala ideológica*. Esse recurso linguístico busca afastar o locutor daqueles a quem ele se refere dessa maneira, ou seja: essa ala é conhecida dessa forma, alguém a chama por esse nome ou ela é reconhecida por esse nome. O texto não deixa claro quem emprega essa expressão para designar essa ala. Esse apagamento cria um efeito de sentido que caracteriza uma espécie de senso comum. Assim, existe um enunciador na polifonia do discurso que se refere a essa ala como ideológica. O modalizador *chamada* expressa a ideia de que o locutor não adere a esse enunciador, ou seja, ele se afasta dele. Conforme Charaudeau e Maingueneau (2014), a modalização na análise do discurso pode ser entendida como um recurso que o locutor utiliza para se posicionar em relação a outros sujeitos falantes e à sua própria fala.



L emprega o modalizador discursivo *aspas* para enunciar o termo “*establishment*” com o objetivo de marcar que essa é uma referência à forma como a *cota olavista do governo* se refere a determinadas pessoas ou segmentos. A expressão *cota olavista* é uma referência aos grupos ligados ao falecido youtuber Olavo de Carvalho.

Ao explicar o emprego de “*establishment*”, na sentença entre parêntesis, L reescreve *cota olavista do governo* por *bolsonaristas raiz*, ou seja, emprega outra expressão para retomar os mesmos indivíduos designados por *cota olavista do governo* da primeira linha. É possível, então, sugerir a hipótese de que L estabelece uma relação de sinonímia entre *cota olavista do governo* e *bolsonaristas raiz*.

Conforme Guimarães (2007, p. 84):

[...] reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado.

Dessa forma, é possível entender que a reescrituração é um procedimento de articulação dentro do texto que pode ser percebido por meio das relações de contiguidade locais entre expressões. Essas articulações são procedimentos enunciativos que ocorrem no interior dos enunciados e na relação que essas enunciações estabelecem entre si.

Alguém poderia questionar essa relação de sinonímia, afirmando que é possível entender que nem todo *bolsonarista raiz* faz parte da *cota olavista do governo*, mas que esses últimos podem ser incluídos no grupo dos *bolsonaristas raiz*. Assim, a relação estabelecida entre as duas expressões seria de hiponímia, e não sinonímia. Desse modo:



Figura 1 – Suposta relação de hiponímia



Fonte: Elaboração própria (2023).

No entanto, essa não é a relação de sentidos que está presente no excerto. Do modo como tomamos as relações de sentido aqui, elas não podem ser inferidas fora das relações estabelecidas dentro do texto. Uma vez que assumimos, neste artigo, que o sentido de um termo é determinado no acontecimento da enunciação, levamos em consideração a relação estabelecida que se dá somente dentro desse enunciado.

Conforme Guimarães (2007, p. 79), o fato de “duas expressões serem formuladas como sinônimas faz parte da determinação das palavras envolvidas”. A afirmação de que há uma relação de sinonímia entre “cota olavista do governo” e “bolsonaristas raiz” só faz sentido dentro do enunciado presente no excerto. Se nem todo bolsonarista raiz faz parte da cota olavista do governo, isso não pode ser extraído a partir do processo de reescrituração de bolsonarista raiz por *ala ideológica*.

O processo de substituição por sinonímia pode ser observado com mais clareza quando estabelecemos uma relação de sentido entre a expressão *cota olavista do governo* e a expressão *ala ideológica*. No primeiro parágrafo,



cota olavista do governo” é empregado para designar aqueles que “veem seu espaço diminuir”, e no segundo parágrafo, a expressão “a chamada *ala ideológica*” designam àqueles a quem a “perda de espaço” se refere. Nesse caso, ao contrário do exemplo apresentado na Figura 1, o grupo designado por *ala ideológica* coincide integralmente com o grupo designado pela expressão *cota olavista do governo*.

Figura 2 – Relação de sinonímia presente no enunciado



Fonte: Elaboração própria (2023).

Se tomarmos o sentido apenas relativamente ao enunciado do excerto 1, todos os elementos do conjunto de *cota olavista* e *ala ideológica* coincidem. Portanto, é possível afirmar que *ala ideológica* é determinada por sinonímia com a expressão *cota olavista do governo*, que, por sua vez, também é determinada por uma relação de sinonímia com a expressão *bolsonaristas raiz*.

Tomemos a sentença enunciada por L: “[...] até as estátuas sabem que a perda de espaço da chamada *ala ideológica* do governo não é obra de establishment nenhum, mas consequência de decisões tomadas pelo próprio presidente Bolsonaro [...]. A fórmula modalizadora “até as estátuas sabem” tem função de enfatizar que algo é amplamente conhecido ou óbvio, até



mesmo para algo inanimado como uma estátua. Indica que uma informação, fato ou ideia é tão evidente ou conhecida que qualquer pessoa, mesmo uma estátua que não tem capacidade de pensar ou entender, poderia reconhecê-la. Por paráfrase, seguindo a teoria polifônica de Ducrot, é possível inferir duas personagens discursivas: (E1) não é evidente que a *ala ideológica* tem perdido espaço; e (E2) é evidente que a *ala ideológica* tem perdido espaço. Sendo que L adere ao ponto de vista de E2. Conforme Koch (2011, p. 135), em orações modalizadoras como essa o “locutor assume total responsabilidade relativamente ao conteúdo asseverado, criando, também, para o interlocutor, *o dever de crer*; em decorrência apresenta seu discurso como autoritário, *não admitindo contestação*” (grifos nossos). Essa sentença cria o efeito similar ao do conto *A Roupas Nova do Rei* de Andersen em que há uma alegada *evidência* que apenas os inteligentes veem. Para não ser tomado como inepto, o interlocutor, deve aderir ao ponto de vista de L.

Desse modo, o enunciado propõe um afastamento do ex-presidente da *ala ideológica*, conferindo a ele uma posição mais pragmática: “salvar o pescoço” em lugar de “engrossar o coro ideológico das redes”.

O próximo texto que iremos analisar, Excerto 2, pertence ao artigo publicado no Blog do Fausto Macedo no Portal do Estadão, de autoria do desembargador Marco Antônio Nahum, e apresenta um parágrafo sobre as divisões no governo. O artigo não tem como foco as alas do governo de Bolsonaro. O tema é a suspeição do ex-juiz, Sergio Moro, no julgamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O artigo possibilita uma análise das representações dessas alas no imaginário compartilhado pela mídia. Nahum (2020) emprega a locução adjetiva “dos ideológicos” em lugar do adjetivo



ideológico para se referir ao mesmo segmento. Em lugar do adjetivo *militar*, ele emprega a locução *dos militares*.

EXCERTO 2

Não se pode negar que o governo Bolsonaro levou o país a uma constante imprevisibilidade política, alimentada pelos efeitos turbulentos da pandemia. O país se divide em grupos ideologicamente antagônicos. O governo tem a ala dos militares, a ala da economia e a *ala dos ideológicos*. O Legislativo também se divide em grupos: bíblia, boi, bala etc. (grifo nosso; Nahum, 2020)

No trecho, o autor relaciona divisões no país, no governo e no Legislativo. O país é dividido em grupos ideologicamente antagônicos. A expressão *grupos* é reescrita e substituída por *ala* na sentença seguinte, sendo retomada novamente como *grupos* na última sentença. Ao usar a expressão *ala*, o autor nomeia cada uma delas: “a ala dos militares, a ala da economia e a ala dos ideológicos”. Ao se referir ao Legislativo, o autor retoma a palavra *grupos*, nomeia três deles e acrescenta a locução conjuntiva *etc.*, indicando que há outros grupos além dos mencionados.

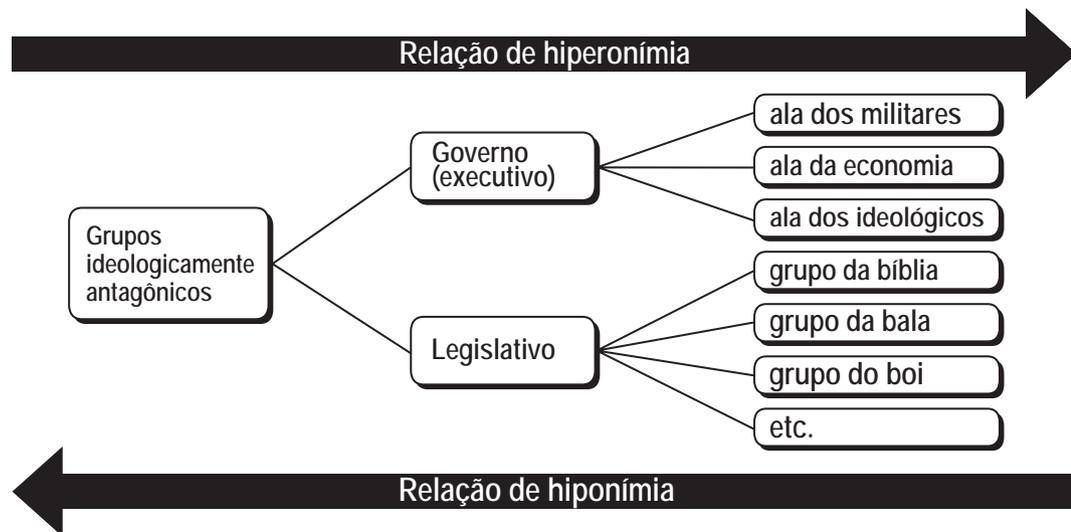
O uso da locução conjuntiva “etc.” no final dos grupos do Legislativo e não nas alas do governo produz um efeito de sentido de que as alas no governo são mais bem delimitadas do que os grupos no Legislativo. No Legislativo, há outros grupos além dos relatados, mas no governo está limitado às alas três mencionadas. Há também uma particularidade no adjunto adnominal de cada uma das alas do governo. Das três, duas sugerem agrupamentos de pessoas que são militares e pessoas que são ideológicas, enquanto a outra é a *ala da economia* e não a ala dos economistas. Ao impessoalizar apenas a



ala da economia, L provoca um efeito de apresentá-la como uma ala menos personalista, com menor grau de subjetividade.

Pode-se tomar como hipótese que o discurso dialoga com pré-construído que existe no imaginário de alguns setores da sociedade de que a “economia” não seria uma área sob a influência de *militares e ideológicos*. Da mesma forma, o parágrafo articula sentidos de que militares e ideológicos ocupam espaços distintos no governo, ou ainda militares não seria uma ala de ideológicos. No entanto, a sentença “O país se divide em grupos ideologicamente antagônicos”, seguida por duas enumerações, tanto no Executivo (*governo*) quanto no Legislativo (*grupos ideologicamente antagônicos*), estabelece uma relação de hiperonímia como as *alas* do governo e com os grupos do Legislativo.

Figura 3 – Relações de sentido grupos/alas



Fonte: Elaboração própria.

Ao observar essa relação de sentidos, percebe-se que todos os grupos e alas têm em comum a característica de serem *ideologicamente antagônicos*. Dentro das relações de sentido de hiperonímia e hiponímia, a *ala dos*



ideológicos é um hipônimo de “grupos ideologicamente antagônicos”. A relação apresentada na Figura 3 nos permite entender que, embora exista uma *ala dos ideólogos*, a relação de hiperonímia entre grupos “ideologicamente antagônicos” e as demais expressões analisadas aqui não exclui a presença da ideologia nos outros grupos e alas. Afinal, para que sejam ideologicamente antagônicos, é necessário que sejam ideológicos.

Em *ideologicamente antagônicos*, a palavra *ideologicamente* funciona como um advérbio, modificando o adjetivo *antagônicos*. Ela indica a maneira ou o modo em que os grupos são antagônicos, ou seja, indica que o antagonismo entre os grupos é baseado em ideologias. Já a locução adjetiva *dos ideológicos*, presente na expressão *ala dos ideológicos*, exerce a função sintática de adjunto adnominal na sentença. Ela modifica o substantivo “ala” ao indicar a característica distintiva dos integrantes desse grupo.

Tanto o advérbio *ideologicamente* quanto a locução adjetiva *dos ideológicos* são formados respectivamente por derivação e flexão do mesmo morfema lexical: o radical *ideolog-*. Os morfemas gramaticais formantes de adjetivo *-ica* (em *ideologicamente*) e *-ico* (em *ideológico*) e o formante modal *-mente* (em *ideologicamente*), bem como a flexão de gênero e número especializam os sentidos veiculados pelo mesmo morfema lexical. O que criaria uma antinomia no parágrafo do excerto, ou seja: uma contradição interna no discurso. Pois, uma vez que o permite distinguir os grupos e alas, o fato é de serem *ideologicamente antagônicos*, o que justificaria ter uma ala que se destaca por ser aquela *dos ideológicos*?

Podemos propor uma hipótese para interpretar essa possível contradição interna. Para que não se crie uma antinomia – pois, uma característica que se refere à totalidade (*ideologicamente*) também é empregada para



distinguir uma ala específica das outras (dos *ideológicos*) –, é preciso supor que o radical *ideolog-* na locução adjetiva carregue sentidos que não estão no advérbio. Isso é possível quando se considera a construção de sentidos pela perspectiva da enunciação.

Nesse caso, L toma todos os grupos e alas referidos como ideológicos e ao mesmo tempo antagônicos na sentença: “O país se divide em grupos ideologicamente antagônicos”. Já a expressão *dos ideológicos* em “O governo tem a ala dos militares, a ala da economia e a *ala dos ideológicos*” significaria tanto a característica de a ala ser ideológica, quanto o reconhecimento de que ela é assim nomeada pela mídia ou pelo senso comum.

Ainda que se trate de um texto escrito – lido, muito provavelmente, por revisores e editores –, não se deve descartar que essa antinomia tenha ocorrido por um deslize ou um ato falho. Mesmo assim, isso não invalidaria esta análise. Pelo contrário, o deslize, o engano, ou o ato falho são elementos reveladores sobre a ideologia presente no discurso. De acordo com Lacan (1998, p. 269), “[...] todo ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordança que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali sua meia palavra.” O apagamento da ideologia ligado a segmentos militares e a setores econômicos do governo Bolsonaro pode resultar em marcas discursivas como essa.

A expressão *grupos ideologicamente antagônicos* também é um hiperônimo para o grupo da Bíblia (bancada evangélica), do boi (ruralistas) e da bala (indústria armamentista). Essa relação de sentidos propõe um antagonismo entre essas bancadas, apagando o fato de que, na maioria das vezes, as três compõem um bloco único e votam juntas (Mazieiro, 2019; Alessi, 2017). Grupos que poderiam ser considerados antagônicos, como, por exemplo, uma frente



parlamentar de ambientalistas, são apagados do discurso ou incluídos em um grupo maior e mais genérico representado no texto pela expressão *etc.*

Mais uma vez verificamos a presença de outra fórmula modalizadora bem no início do excerto: “Não se pode negar que [...]”. Como efeito de sentido, ela tem uma função semelhante a “[...] até as estátuas sabem [...]”; embora poder-se-ia alegar que ela tem uma força ilocucionária menor. Do mesmo modo, são colocados em cena duas personagens discursivas: (E1) “Pode-se negar”; e (E2) “Não se pode negar”, sendo que L adere ao último. Mais uma vez L recorre a uma oração modalizadora para enfatizar a relação de poder e autoridade na comunicação, em que L assume uma posição de controle e dominação sobre o discurso, restringindo a participação do interlocutor e impondo sua visão de forma autoritária.

Até agora, vimos como essa expressão vinha sendo significada dentro dos discursos enunciados pelos dois veículos. Serão analisados dois excertos que apresentam uma posição ou ideia defendida por essa *ala ideológica*: alinhamento aos EUA. O primeiro deles (Excerto 3) foi publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*:

EXCERTO 3

A cota de importação atual vence no final de agosto, quando o presidente Jair Bolsonaro precisará decidir se atende ao pleito de seu aliado estratégico ou não. Tentam resistir ou ao menos reduzir os impactos de uma nova concessão os produtores nacionais de etanol, a bancada ruralista no Congresso e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

No governo brasileiro, as principais vozes em defesa do fim da cota para o etanol americano são o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República.

Eles são expoentes da chamada *ala ideológica* e advogam por um alinhamento automático com os Estados Unidos (grifo nosso; Coletta, 2020).



No Excerto 3, são relacionados dois atores designados como *expoentes da chamada ala ideológica*: o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (na ocasião filiado ao PSL-SP), filho do então presidente da República. Aqui podemos observar que a composição da ala ideológica vai além das relações institucionais propostas no Excerto 2, que restringiam a designação da ala ideológica apenas ao Executivo e dividiam o Executivo em grupos da bala, do boi e da Bíblia. No Excerto 3, um integrante do Legislativo (o deputado federal Eduardo Bolsonaro) e um integrante do Executivo (o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo) são retomados por substituição por *expoentes da chamada ala ideológica*. Isso indica que não há consenso sobre o que é designado como ala ideológica; um artigo localiza essa ala no Executivo, enquanto outro a considera um grupo pouco definido.

Há outros atores mencionados no Excerto 3, como os produtores nacionais de etanol, a bancada ruralista no Congresso e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que se opõem ao fim da cota para o etanol americano. Esses atores não recebem uma designação que os agrupe em um bloco específico. Podemos inferir apenas que eles não são considerados expoentes da ala ideológica. De acordo com o Excerto 3, a “entrada do álcool estrangeiro no país afeta principalmente pequenos usineiros no Nordeste”. O enunciado emprega a expressão “afetados” para indicar que alguém será atingido ou impactado de modo passivo pelos eventos. Esses afetados seriam “pequenos usineiros no Nordeste”. Os usineiros recebem um adjetivo avaliativo que expressam um julgamento de L. Eles são os *pequenos* que serão os principais *afetados*. O encadeamento argumentativo toma a posição da bancada ruralista no Congresso e da ex-ministra da Agricultura



como uma defesa dos *pequenos* que serão *afetados* com “a entrada do álcool estrangeiro no país”. A própria ex-ministra da Agricultura havia sido uma indicação da chamada bancada ruralista (Matoso; Salomão; Sousa, 2018).

Já os expoentes da chamada ala ideológica defendem “um alinhamento automático com os Estados Unidos”. Assim, o alinhamento automático é uma posição da ala ideológica, enquanto a manutenção da cota é uma posição de um grupo não ideológico. No discurso do excerto, a bancada ruralista é colocada como um defensor dos pequenos produtores Nordestinos, enquanto a *ala ideológica* é apresentada como uma defensora de um alinhamento aos Estados Unidos. Orlandi (2007) aborda o tema do silêncio e sua relação com o significado. O silêncio não é apenas a ausência de palavras ou sons, mas um modo de significar. O sujeito que permanece em silêncio não é nem tão visível (porque não está se expressando verbalmente) nem tão certo (porque o silêncio pode carregar ambiguidade e incerteza).

Orlandi propõe uma compreensão da censura, que não é vista apenas como uma proibição imposta por um indivíduo consciente, mas como um fenômeno produzido pela história. Ao pensar a censura a partir da noção de silêncio, a própria ideia de censura se amplia para abranger qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito na construção de sentidos.

Além do silenciamento sobre a ideologia da posição da bancada ruralista, há o silenciamento sobre posicionamentos de outros grupos. O que pensavam outras bancadas sobre o assunto foi silenciado. A compreensão do silêncio como um modo de significar nos permite enxergar a censura não apenas como uma ação restritiva, mas como um conjunto de práticas e discursos que *limitam a expressão e o acesso a diferentes sentidos*, restringindo a participação dos sujeitos na construção do sentido. Ao silenciar sobre todas



as outras posições possíveis, o interlocutor tem o seu *acesso a diferentes sentidos* limitado. Os dois únicos caminhos são o da bancada ruralista ou o da *ala ideológica*, qualquer outra possibilidade foi apagada.

O efeito de sentido construído por esse movimento semântico-enunciativo é que uma decisão é pautada pela ideologia (da *ala ideológica*), enquanto a outra não o é (bancada ruralista). A posição da bancada ruralista é exposta como estando fora do escopo da ideologia. Como já foi dito na introdução, de acordo com Marx e Engels (2007), as classes dominantes são tanto as produtoras de ideias, quanto aquelas que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo:

Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

As classes dominantes negam para si o *status* de ideológica, suas ideias são apresentadas como sendo neutras e imparciais, ou como sendo uma lei eterna. No excerto 3, a ideia apresentada como *ideológica* é injusta e prejudicial aos pequenos produtores. Representante dos produtores rurais e do agronegócio, a Bancada Ruralista é tratada no excerto como não-ideológica. Temos um caso de dominação dividida entre dois grupos: um favorável aos interesses estadunidenses e outro favorável ao agronegócio. L argumenta em favor do agronegócio e, nessa construção argumentativa, qualifica os interesses estadunidenses como sendo *ideológicos*. A decisão ideológica é, no excerto, negativa.



Conforme Althusser (1985) – perspectiva adotada em nosso artigo –, a realidade é inescapável e insuprimível da ideologia. O indivíduo se submete a essa ideologia e se reconhece como sujeito dentro dela: “é preciso situar-se fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso mais geral) estava na ideologia” (Althusser, 1985, p. 97). O que nos leva a inferir que, de acordo com Althusser, as duas posições são ideológicas. E não poderia ser diferente; uma vez que independentemente da posição defendida ela seria inevitavelmente ideológica. Por fim, no nosso entendimento, ideologia não é boa ou ruim. Ela é inevitável.

No Excerto 4, a seguir, temos novamente a relação entre a expressão ala ideológica e o alinhamento com os Estados Unidos. Esse trecho foi retirado de um artigo de *O Estado de S. Paulo* que relata a participação da empresa chinesa Huawei em redes 5G.

EXCERTO 4

Se publicamente os ministérios não se pronunciam sobre o tema, nos bastidores há uma guerra sobre o tema. O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ligado à *ala ideológica*, tem deixado clara sua posição a favor de um alinhamento aos Estados Unidos e contrário à China em suas redes sociais. Sobre a pandemia do novo coronavírus, chamado por ele de “comunavírus”, ele considera haver um plano para implantar o comunismo em organismos internacionais (grifos nossos).

Já o vice-presidente Hamilton Mourão, por exemplo, já deixou claro ser contra qualquer restrição à Huawei. No ano passado, ele viajou à China, onde se encontrou com o vice-presidente da companhia e reiterou haver um clima de confiança com o país asiático. O tema também preocupa a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, já que a China é o principal destino das exportações de soja. Qualquer barreira à Huawei pode ter consequências diretas sobre o agronegócio brasileiro.

Liberal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que quer as três fornecedoras – além da chinesa Huawei, a finlandesa Nokia e a sueca Ericsson – competindo para oferecer o melhor serviço ao País (grifo nosso; Warth, 2020).



No enredo do Excerto 4, temos quatro figuras representadas por quatro personagens: Ernesto Araújo, o ideológico, Hamilton Mourão, o militar, Tereza Cristina, representante do agronegócio, e Paulo Guedes, o liberal. Há uma distinção entre aquilo que todos veem, que é público, e aquilo que ninguém vê, que acontece apenas nos bastidores. A disputa sobre a participação da empresa chinesa Huawei nas redes 5G do Brasil é descrita no excerto como algo que se desenrola nos bastidores, ou seja, que ocorre em segredo. Publicamente, o que se observa é o silêncio dos ministérios em relação ao tema. Nesse contexto, há uma exceção: o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que é referido no texto como ligado à *ala ideológica* do governo, expressa sua oposição à participação da Huawei nas redes 5G, ao defender uma postura de alinhamento com os Estados Unidos.

Ao dividir a posição dos ministérios e isolar a posição de Araújo, L indica que o alinhamento com os Estados Unidos não é uma posição institucional, mas pessoal; já que é um assunto veiculado nas redes sociais do então ministro. Uma breve pesquisa em uma rede social de Araújo, sua conta no Twitter (@ernestofaraujo), mostra que não há uma clara separação entre o institucional e o pessoal. É possível encontrar tanto publicações institucionais do Itamaraty (Araújo, 2020a), quanto comentários sobre textos que o ex-ministro havia lido (Araújo, 2020b). Somente pelo que Araújo posta em suas redes não é possível definir se essa opinião não é institucional. Ao reconhecer e tomar essa posição como sendo atribuída a uma ala específica, L promove um apagamento de que essa posição seja do governo Bolsonaro, apesar do posicionamento constante de subserviência do próprio ex-presidente em relação ao governo norte-americano (Benites, 2020; Romero; Teixeira, 2020).



Araújo, o membro da *ala ideológica*, é descrito como um indivíduo delirante, mostrado como tendo ideias extravagantes, envolto em paranoias, como um negacionista da pandemia de COVID-19, questionando sua gravidade e adotando uma postura contrária às evidências científicas e à opinião da maioria dos especialistas. Além disso, é mencionado como alguém que acredita em teorias de conspiração global, como a suposta implementação do comunismo em organismos internacionais.

A posição de Mourão é baseada em sua visita à China; ou seja, em uma constatação em loco e objetiva; a de Cristina é baseada em uma preocupação com as consequências diretas sobre o agronegócio brasileiro; e Guedes quer as três empresas competindo para oferecer o melhor serviço. L silencia sobre as posturas de Mourão, Cristina e Guedes sobre a pandemia. Apenas o negacionismo de Araújo é exposto. Como se o negacionismo tivesse sido uma postura isolada e não tivesse sido uma postura do governo.

Assim como o Excerto 3, no Excerto 4, temos a localização da ideologia apenas em um segmento. O militar, o agronegócio e o liberal são colocados fora do campo da ideologia. A ideologia é mostrada não só como nociva, mas como delirante e paranoica. Postura de alinhamento aos EUA e negacionismo da pandemia são localizados dentro da ideologia, fruto de uma *ala ideológica*, parecendo uma posição minoritária dentro do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão *ala ideológica* não é uma designação institucional, mas uma forma de se referir a esse segmento do governo. Importa para sua determinação semântica como os sentidos são construídos no acontecimento da enunciação.



A análise do discurso em sua interface com a semântica – com base em dois veículos de imprensa escrita de São Paulo sobre a expressão *ala ideológica* – nos ajuda a compreender a realidade dos mecanismos de poder que atuam sobre nós.

Por meio da análise dos enunciados presentes nos excertos recortados para esta pesquisa, percebe-se que há um apagamento dos adjetivos *ideológica* e *ideologia* ao se referir a outros segmentos do governo, além da ala delimitada por esses adjetivos. A única exceção é o excerto 2, em que por meio de um processo de hiperonímia, ao caracterizar os grupos como *ideologicamente antagônicos*, classifica tanto as alas do executivo quanto os grupos do legislativo dentro da ideologia. Embora, ao que tudo indica, os sentidos para ideologia sejam diferentes quando empregada em diferentes momentos do texto.

O emprego dessa expressão nos veículos de imprensa não é neutro nem isento de viés. Ao contrário, carrega consigo uma carga ideológica própria, refletindo as posições políticas e ideias subjacentes aos veículos de mídia em questão. O discurso é mobilizado como instrumento de poder, influenciando a forma como se percebe a realidade. A análise da expressão *ala ideológica* é resultado da influência da ideologia da classe dominante na construção da realidade política e social.

A análise semântico-enunciativa da expressão *ala ideológica* nos permite desvelar as relações de poder presentes no discurso midiático e nos convida a assumir uma postura crítica e reflexiva diante das narrativas que nos são apresentadas. Mesmo veículos de imprensa, tomados como opositores do governo do ex-presidente Bolsonaro, eles atuaram para normalizar diversas posições de seu governo; bem como silenciaram sobre posições e ideias que estavam fora da ideologia dominante; construíram uma ideia de que a ideologia



era algo negativo, anômalo e que poderia existir uma política pura, neutra, desprovida de qualquer viés ideológico. Essa concepção rejeita a natureza intrinsecamente ideológica de qualquer sistema político e social, bem como a necessidade de reconhecer e debater diferentes perspectivas para uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Giuliana. Bancada da Bala, Boi e Bíblia impõe ano de retrocesso para mulheres e indígenas. **EL PAÍS**, Brasil, 07 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/politica/1512148795_433241.html. Acesso em: 8 janeiro 2024.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO. Ernesto. (@ernestofaraujo). “Hoje às 19:00 farei uma live sobre a repatriação de brasileiros durante a pandemia, juntamente com colegas do Itamaraty que participam da equipe de repatriações”. 10 de jun de 2020a, as 17h58. **Twitter** Disponível em <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1270815085196382209>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

ARAÚJO. Ernesto. (@ernestofaraujo). “Lendo os Ensaios de Eric Voegelin: ‘Uma sociedade não pode renunciar à ordem do espírito sem destruir-se a si mesma.’ As ideologias totalitárias do Século XX foram as grandes inimigas do espírito e destruidoras de sociedades. Hoje esse papel cabe ao politicamente correto”. 22 de ago de 2020b, as 20h13. **Twitter**. Disponível em <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1297311012991926273>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

AUSTIN. J. L. **How to do things with words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard Press, 1962.



BENITES, Afonso. Por alinhamento com Trump, Bolsonaro ignorou aposta de Paulo Guedes para presidência do BID. **EL PAÍS Brasil**, [S.l.], 18 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-18/por-alinhamento-com-trump-bolsonaro-ignorou-aposta-de-paulo-guedes-para-presidencia-do-bid.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

CHARAUDEAU; P. MAINGUENEAU, D (orgs). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

COLETTA, R. D. Embaixador dos EUA nega ter defendido reeleição de Trump em negociação do etanol. Mercado. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 3.ago.2020, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/embaixador-dos-eua-nega-ter-defendido-reeleicao-de-trump-em-negociacao-do-etanol.shtml>; acessado em 26 de agosto de 2020.

CORREIO BRASILIENSE. Bolsonaro, sobre repórter da Folha: ‘Ela queria dar um furo’; jornal reage. [Online] 18 fev. 2020, 11:53, Brasília: **Correio Brasiliense**, Política. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828834/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtml. Acesso em: 8 janeiro 2024.

COSTA, L. R. **A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin: e os embates no discurso de divulgação científica na revista Ciência Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009.

DUCROT, O.; ANSCOMBRE, J.-C. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira, Cidmar T. Pais. São Paulo: Global, 1981.



DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ESTADÃO. Bolsonaro volta a atacar 'Estadão', chama jornalistas de 'jumentos' e nega orçamento secreto. *Política. Estadão*, 14 maio 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-atacar-o-estadao-chama-jornalistas-de-jumentos-e-nega-orcamento-secreto/>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

GUIMARÃES, E. R. J. **Análise de Texto**. Procedimentos, análises, ensino. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, E. R. J. Domínio semântico de determinação. in: GUIMARÃES, E. R. J.; MOLLICA, M. C. **A palavra. Forma e sentido**. Campinas: Pontes, 2007. pp. 79-96.

GUIMARÃES, E. R. J. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARX, K. ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOSO, F.; SALOMÃO, L.; SOUSA, Y. Ruralistas indicam, e Bolsonaro anuncia Tereza Cristina como ministra da Agricultura. **Portal G1**, *Política*, Publicado em 7 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/07/tereza-cristina-assumira-ministerio-da-agricultura-no-governo-bolsonaro-informa-gabinete-de-transicao.ghtml>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

MAZIEIRO, Guilherme. Chave na eleição, bancada “boi, bala e Bíblia” agora nega apoio a Bolsonaro. **Uol**, Brasília, Publicado em 30 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/30/>



bancada-boi-bala-biblia-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 28 jun. 2023.

NAHUM, Marcelo A. A suspeição de Sérgio Moro. Blog do Fausto Macedo. **Estadão**, São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/a-suspeicao-de-sergio-moro/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OYAMA, T. Olavistas veem diminuir seu espaço no governo e esperneiam. Coluna. **UOL** Publicado em 16 jun. 2020. <https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2020/07/16/olavistas-veem-diminuir-seu-espaco-no-governo-e-esperneiam.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

ROMERO, F.; TEIXEIRA, P. Bolsonaro quer alinhar relação com Estados Unidos após “congelamento” de Biden. **CNN Brasília**, 26 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-quer-alinhar-relacao-com-estados-unidos-apos-congelamento-de-biden/>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

UOL. Bolsonaro sobre Folha de S. Paulo: Envenena meu governo. **UOL**. Política. Publicado em 01 nov. 2019. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/videos/bolsonaro-sobre-folha-de-s-paulo-envenena-meu-governo-16718915>. Acesso em: 29 jun. 2023.

WARTH, A. 5G coloca Bolsonaro em saia justa política. **Estadão**. Política. Publicado em 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/5g-coloca-bolsonaro-em-saia-justa-politica/>. Acesso em: 8 janeiro 2024.

Data de recebimento: 08/01/2024

Data de aprovação: 04/04/2024